

Comunicado

Neste Plenário a Assembleia Legislativa Regional irá debater e votar dois importantes documentos, fundamentais para a governação da Região. Trata-se do Plano e Orçamento Regionais para 2019.

Da análise efetuada pela Representação Parlamentar do PCP à proposta de Plano e Orçamento apresentados pelo Governo regional resulta para nós, que o Governo Regional da responsabilidade do PS, não aposta na melhoria da qualidade de vida dos Açorianos nomeadamente através da recuperação de rendimentos e do alívio dos enormes encargos que pesam sobre as famílias açorianas.

A sistemática recusa do aumento do acréscimo à Remuneração Mínima mensal garantida, do aumento do complemento de abono de família para crianças e jovens são exemplos que ilustram bem a política deste governo que uma vez mais nesta proposta de Plano e Orçamento para 2019 deixa claro que efetivamente o aumento dos rendimentos dos açorianos não está nas suas preocupações nem é essa a sua prioridade.

Por outro lado no capítulo do alívio das despesas que pesam no orçamento familiar dos açorianos verificamos que questões como a redução da taxa mais elevada do IVA, dos elevados custos da eletricidade, da redução das taxas moderadoras na saúde não constam das políticas propostas neste Plano e Orçamento Regional.

Caso deveras elucidativo e anacrónico é o que se passa com os manuais escolares que numa altura em que a nível nacional a gratuitidade dos manuais escolares se irá estender a todo o ensino secundário, as famílias açorianas, são as únicas a nível do País que continuam a ter de suportar a totalidade dos custos dos mesmos porque a isso são condenadas pelo Governo Regional dos Açores e as crianças de famílias mais carenciadas a suportar o vexame de serem as únicas a usar manuais em segunda mão.

Quanto ao mundo do trabalho verifica-se nesta proposta uma clara tendência de manutenção e até aumento da precariedade laboral, de recusa do descongelamento de carreiras nomeadamente na Função Pública e de não contagem do tempo de serviço em que as mesmas estiveram congeladas como é o caso gritante dos professores em que neste capítulo o Governo

Regional adota uma política seguidista da intransigência do governo da República ao invés de seguir o exemplo de Região Autónoma da Madeira e chegar a uma situação negociada e aceite pelas partes quanto ao faseamento da recuperação do tempo de serviço.

De um modo geral esta proposta de Plano e Orçamento falha em traçar políticas de desenvolvimento e de coesão regional em diferentes áreas e carece de ser melhorada.

A representação Parlamentar do PCP irá propor um vasto conjunto de propostas tendo em vista melhorar estes documentos, corrigindo aquilo que consideramos por apostas políticas erradas como já anteriormente exemplificámos. Esperamos que da parte do Governo e do Grupo Parlamentar que o suporta haja vontade política para aceitar as nossas propostas.

Horta, 26 de novembro de 2018

O Deputado do PCP Açores

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Paulo Corvelo', is written over a faint, larger version of the same signature.

João Paulo Corvelo